

Os difíceis e tensos dias da transição

Miriam Leitão

Um fantasma ronda a equipe que prepara o plano econômico do novo governo e as atuais autoridades da área econômica: teme-se o efeito na economia do choque anunciado com data marcada. Na avaliação feita pelo ministro Mâilson da Nóbrega aos seus assessores, os dias mais difíceis e tensos de toda a transição política iniciada em 1985 serão de 15 de fevereiro a 15 de março. A preocupação detectada ontem tanto entre os economistas que trabalham com Zélia Cardoso de Mello, quanto nos gabinetes do Ministério da Fazenda era com o risco de um descontrole da economia na reta final do governo Sarney em função da expectativa das mudanças de regras na área cambial, salarial, de preços e de indexação de ativos financeiros.

O que torna a situação mais preocupante é o fato de que toda esta ansiedade com as mudanças de regras ocor-

re com o país em uma taxa de inflação de 60% e com US\$ 60 bilhões depositados pelos aplicadores no curíssimo prazo. Com uma inflação tão alta, qualquer mudança provocará perdedores e ganhadores e a tentativa dos agentes econômicos de se defender destas perdas pode precipitar uma onda de remarcações de preços, greve por aumentos de salários e até fuga do overnight.

O ministro Mâilson da Nóbrega chegou a analisar este assunto com os seus assessores diretos e chegou-se à conclusão de que nestes trinta dias finais haverá pouca coisa que a atual equipe econômica poderá fazer para influir nestas expectativas. "A situação econômica dependerá zero de nós, apesar de estarmos dispostos a trabalhar até a meia noite do dia 14 de março" explicou ontem um funcionário do atual governo.

A mesma inquietação freqüenta as reuniões mantidas pela equipe que prepara o programa econômico que será apresentado a Collor de Mello. "Temos um pouco mais de 60 dias pela frente, sob pressão da imprensa e tensão das decisões" queixou-se ontem um participante do grupo que prepara uma infinidade de sugestões. "Qual é a melhor decisão a tomar?" perguntava-se este economista.

No atual governo a impressão é que o melhor seria fazer anúncios "taxativos e convincentes" que afaste os temores de con-

gelamento e de perdas para os investidores do overnight. A questão é que não bastam declarações. O atual governo fez três congelamentos negando, na véspera, que os faria. Numa conversa recente entre o ministro Mâilson da Nóbrega e o ex-ministro argentino Juan Surrouille houve uma concordância que os empresários dos dois países criaram anti-corpos contra qualquer congelamento: antecipam remarcações, registram preços falsos em notas e mudam a embalagem e apresentam como produto novo e várias outras alternativas para burlar a medida de força. "Quando o dia D se aproximar pode haver uma aceleração tão forte da inflação que crie problemas para o próximo governo" calcula um técnico da atual equipe econômica.

Na Argentina um detalhe da política econômica neste período da transição criou vários problemas para o governo que assumiu. Houve uma sub-estimativa da taxa de inflação do mês da posse. Imaginava-se 150% de inflação em junho. Foram preparados decretos aumentando as tarifas públicas e corrigindo o câmbio neste percentual. A taxa ficou em 196% e o novo governo estreou com defasagens no câmbio e tarifas e sem condições de fazer novas correções.

O economista Paulo Guedes, vice-presidente do Ibmecc, concorda com a avaliação de que os próximos dias serão cada vez mais difíceis. Mesmo sabendo que várias medidas

não poderão ser explicitadas ele acha que alguns pontos precisam ficar claros: "É preciso convencer os empresários, investidores e trabalhadores que não haverá calote na dívida interna, a correção tarifária não será abrupta, a correção monetária prosseguirá e que a livre negociação dos salários virá de forma paulatina". Guedes acha que se houver uma expectativa de revogação da atual lei salarial, com todos os seus defeitos, e sua substituição pela liberdade de negociação pura e simples, a CUT promoverá uma onda de greves para assegurar o máximo de aumentos salariais antes da posse.

Alguns técnicos ligados à equipe econômica do novo presidente começaram a procurar informações junto ao atual governo, principalmente na área de tributação. Mas não está havendo qualquer contato com as autoridades econômicas, por temer que isto possa representar qualquer tipo de co-gestão. No Ministério da Fazenda os técnicos foram instruídos a dar todos os dados pedidos, tomando-se apenas o cuidado de que se informe o ministro de cada uma das reuniões. Mesmo achando que a responsabilidade de conduzir a economia é deste governo até o fim, os ministros da área econômica acham que se houvesse uma forma de "compartilhar expectativas" na expressão usada por um funcionário do governo talvez pudesse ser encontrada uma fórmula de diminuir as tensões naturais desse período.